

PROJETO DO WEBINÁRIO SOBRE O
"ENFRENTAMENTO, PELO PODER JUDICIÁRIO, DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER"

MODALIDADE TELEPRESENCIAL

COORDENADORIA DE FORMAÇÃO DA ENAMAT

Brasília – 2026

APRESENTAÇÃO

A realização de webinários temáticos, organizados regionalmente, surgiu no âmbito do Sistema Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – SINFOMAT. Concebida como estrutura integrada, cooperativa e articulada de formação da magistratura trabalhista, esta iniciativa de caráter inédito institui, de forma sistematizada e em âmbito nacional, o modelo cooperativo previsto no SINFOMAT.

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT está realizando, no exercício de 2026, um Ciclo de Webinários Temáticos, na modalidade telepresencial, com transmissão pelo YouTube da Enamat, estruturados em atuação conjunta com as Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Dessa forma, a ENAMAT correaliza, juntamente com as Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais da 4ª, 9ª e 12ª Regiões, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT e o Tribunal Superior do Trabalho – TST, no dia 16 de outubro de 2026, das 14h às 17h (horário de Brasília).

JUSTIFICATIVA

A capacitação de magistrados do trabalho sobre a temática de violência contra a mulher se faz imperiosa, vez que a Constituição de 1988 atribuiu a essa especializada um papel de relevância na consolidação dos direitos fundamentais do trabalho e direitos sociais.

Ademais, a temática da presente atividade formativa está prevista na Tabela de Competência da Magistratura Trabalhista, normatizada no anexo 7 da Resolução da ENAMAT nº 28, a qual prevê como descrições e dimensão sobre o tema, Eixo “DIREITO E SOCIEDADE” e Subeixo “GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE”, assim como é meta formativa disposta na Resolução CNJ nº 492/2023 e na Resolução CSJT nº 368/2023.

Trata-se de questões evidenciam a importância de adotar condutas para mitigar este tipo de violência.

OBJETIVOS

- Identificar as diferentes manifestações da violência de gênero no ambiente de trabalho — assédio moral, sexual, discriminação e seus recortes interseccionais — e seus fundamentos normativos (Constituição, CLT, Convenção 190 da OIT, Lei 14.457/2022 e Lei 14.611/2023).
- Compreender a estrutura e os pilares de um programa de compliance antidiscriminatório: comprometimento da alta administração, mapeamento de riscos, políticas e códigos de conduta, treinamentos, canais de denúncia, investigação interna e medidas disciplinares.
- Distinguir programas de integridade efetivos de práticas meramente formais ou de fachada, reconhecendo indicadores de funcionamento real (independência do canal, proteção contra retaliação, tempo de resposta, monitoramento e revisão).
- Analisar a relevância jurídica da existência, ausência ou falha do programa de compliance na configuração da responsabilidade civil do empregador, na aferição da culpa in vigilando e na fixação da indenização por danos morais individuais e coletivos.

- Avaliar a condução de investigações internas sob a ótica da não revitimização, da confidencialidade e do devido processo, e o valor probatório de seus resultados no processo do trabalho.
- Aplicar os parâmetros do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero (Res. CNJ 492/2023) na apreciação de casos que envolvam políticas de compliance, integrando prevenção corporativa e resposta jurisdicional.
- Reconhecer o papel de cada ator do sistema de justiça — na jurisdição, no atendimento, na tramitação e na advocacia — na prevenção da revitimização e no estímulo à adoção de programas de integridade como mecanismo de transformação da cultura organizacional.
- Propor uma reflexão sobre os novos modos de vida virtual e sua repercussão no campo da violência contra mulheres e meninas.
- Compreender os impactos da violência doméstica nas relações de trabalho e na autonomia econômica das mulheres;
- Identificar manifestações e repercussões da violência doméstica no ambiente laboral;
- Conhecer os instrumentos de proteção previstos na Lei Maria da Penha e sua articulação com a tutela dos direitos trabalhistas;
- Qualificar a atuação de magistradas(os) e servidoras(es) do Poder Judiciário no acolhimento, prevenção, proteção e enfrentamento da violência doméstica, com perspectiva de gênero e sem revitimização.

PÚBLICO-ALVO

O webinar tem por público alvo Magistrados do Trabalho, servidores da Justiça do Trabalho e o público em geral.

DURAÇÃO E CARGA HORÁRIA

O webinar, realizado em formato telepresencial, com carga horária de 3 horas-aula, será realizado no canal do Youtube da ENAMAT.

PROGRAMAÇÃO

16/10/2026 (sexta-feira)	
14h	Mesa de Abertura
14h15 EJUD 4	Palestra: “Da Prevenção à Responsabilização: Programas de <i>Compliance</i> como Ferramenta no Enfrentamento à Violência de Gênero.” Palestrante: Luana Pereira Advogada
15h00 EJUD 9	Palestra: “Linguagem feminicida em tempos digitais: as novas arenas da misoginia.” Palestrante: Priscila Placha Sá Desembargadora de TJPR e professora da PUCPR
15h45 EJUD 12	Palestra: “Da Casa ao Trabalho: os impactos da violência doméstica nas relações de trabalho e a proteção conferida pela Lei Maria da Penha.” Palestrante: Alice Bianchini Advogada e Presidente da ABMCJ (Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica)
16h50	Encerramento Ministro Augusto César ou Diretora da Ejud4 Desa. Maria Silvana

METODOLOGIA

Aula expositiva e conversa dialogada.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação consistirá em responder uma atividade de verificação de aprendizagem e reação, por parte das alunas-magistradas e dos alunos-magistrados, sobre os temas abordados no curso.

CONCLUSÃO

A proposta de realização do presente ação formativa, idealizada no âmbito do SINFOMAT, visa abordar a temática relativa à violência contra a mulher pelo Poder Judiciário.

Brasília-DF, 21 de 09 de 2026.

COORDENADORIA DE FORMAÇÃO DA ENAMAT